

Catarina Antunes Gomes¹

**ONDE VIVEMOS? UMA REFLEXÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE
SE SER - Comunidade, Contextos de Vida e Intervenção Social**

Esta reflexão visa explorar as potencialidades analíticas e empíricas da noção de comunidade no que se refere à experiência individual dos processos de exclusão social e no que concerne aos modelos de intervenção social.

A exclusão social é, neste contexto, entendida como um processo cumulativo de marginalização dos indivíduos relativamente ao mercado de trabalho, marcado por fenómenos de despossessão, *desfiliação*, pobreza e isolamento social, pelos quais estes não possuem os recursos económicos, sociais, educacionais, cognitivos e relacionais para participar na sociedade, desempenhando nela uma presença social positiva. A vivência deste processo depende, pois, da regulação social do desemprego vigente em cada contexto societal, a qual é constituída pela interacção entre as responsabilidades atribuídas ao Estado, à família, e, recentemente, à sociedade civil local.

I

Será, por isso, a partir da importância atribuída às acções de formação profissional destinadas a públicos em processos de marginalização, ou mesmo de exclusão do mercado de trabalho, que se dará início à problematização da intervenção social.

A consciência pela qual a formação profissional constitui um meio privilegiado de combate a diversas formas de exclusão social tem servido de base à construção de uma pletera de estratégias de intervenção social. Esta consciência é, por seu turno, suportada pela assunção segundo a qual é o trabalho pago, ou o emprego no sistema formal do mercado de trabalho, a principal via de construção de identidade pessoal e social do indivíduo. Será, então, mediante a sua participação nesta esfera social – a do trabalho pago – que o indivíduo poderá ser introduzido em segmentos relevantes do

¹ Observatório dos Poderes Locais. Antropóloga, Mestre em Sociologia e Doutoranda na FEUC.

património cognitivo da sociedade (Berger & Luckmann, 1999), no seio do qual construirá a sua identidade e presença social como membro activo e competente da sua sociedade.

Concluí-se, portanto, que a dimensão do trabalho ou do emprego – principal objectivo das acções de formação profissional – se constitui como o eixo central em redor do qual a subjectividade, a identidade e o lugar do indivíduo são tecidos: o emprego como a via privilegiada de integração social, como estratégia de autonomização, de capacitação do indivíduo e como fundamento de uma cidadania, não apenas atribuída formalmente, mas também reconhecida e exercida socialmente:

«O emprego criador de um valor socialmente reconhecido, conquistado na esfera pública, é, pois, indissociável da cidadania » (Laville, 1994 : 52).

Nesta perspectiva, a formação profissional tem sido conceptualizada como o meio pelo qual o indivíduo adquire competências certificadas, do foro profissional e social, por forma a reforçar o seu potencial de empregabilidade e de realizar a actualização da sua presença social enquanto trabalhador viável e cidadão.

II

A sociedade civil, entendida genericamente como o conjunto de instituições, associações ou projectos locais especialmente vocacionados para responder às necessidades das comunidades, tem-se assumido como um agente primordial de integração social. Todavia, as instituições da sociedade civil são frequentemente confrontadas com inúmeras dificuldades em alterar as condições estruturais de marginalização e exclusão social das suas comunidades.

O poder integrador da sociedade civil poderá ser analisado em vários níveis. Em primeiro lugar, ao nível da captação dos indivíduos para os seus programas de intervenção social, v.g., formação profissional. Neste ponto, a simples participação daqueles pode ser interpretada como sendo a sua integração numa esfera social de cariz mais capacitante. Por outro lado, será neste plano que os indivíduos poderão adquirir um conjunto de competências que os certificará como potenciais profissionais e que

fundamentará a sua presença social em termos de reconhecimento social. Em segundo lugar, o poder integrador da sociedade civil é, em última instância, avaliado pela capacidade em encaminhar os indivíduos para postos de trabalho existentes na sua comunidade.

É precisamente a estes dois níveis que poderão ser colocadas algumas questões, cujas respostas irão requerer uma refundamentação da intervenção social e uma crítica às estratégias clássicas de formação profissional que se centram sobretudo no indivíduo, negligenciando o seu contexto de vida.

Um aspecto de suma importância diz respeito, então, à centralidade atribuída ao indivíduo nas estratégias de integração social. Em termos pedagógicos, os programas de intervenção social têm por objectivo principal a dotação dos indivíduos com um leque de competências, conhecimentos e recursos necessário para o reforço da sua presença social. No que concerne mais especificamente aos programas de formação profissional, esta dimensão do indivíduo é ainda mais saliente. Não só porque as competências a serem adquiridas são encaradas como um património pessoal, como um capital privado que visa o reforço da empregabilidade, como também porque, num contexto de forte reorganização das relações de trabalho e dos modos de produção, deseja-se que a aquisição daquelas competências seja acompanhada por uma profunda reestruturação da subjectividade individual, em termos de uma maior responsabilização do indivíduo pela gestão do seu curso de vida. É neste sentido que, v.g., Beck (1992) alerta para as consequências da institucionalização social de processos de individualização em que cada identidade individual é vista como um produto competitivo, nomeadamente, ao nível do mercado de trabalho. É também neste sentido que Luhmann (1993) argumenta que numa sociedade ameaçada pela omnipresença e pela multiplicidade de riscos, o peso da decisão, da opção, do pensamento estratégico, aumenta e é colocado, de uma forma inapelável, sobre os ombros dos indivíduos.

Este conjunto de competências sociais, pessoais e profissionais são, então, adquiridas, via programas de intervenção social. Mas onde poderão elas ser exercidas? Esta questão dirige imediatamente a atenção para a necessidade de considerar os contextos de vida dos indivíduos e para a necessidade de contextualizar a intervenção social no perfil social, económico e cultural da comunidade onde está a ser levada a cabo.

O que está aqui em causa é, fundamentalmente, o reconhecimento dos desfasamentos e das entropias que a introdução de um novo universo (v.g., o da formação profissional) pode gerar quando o contexto de vida permanece inalterado, quando a estruturação das relações (sociais, políticas, económicas) de uma comunidade não respondem ao apelo de transformação e de adaptação.

A efectividade ou o sucesso da intervenção a um nível encontra-se, por isso, dependente do grau com que as outras esferas do mundo social (família, redes primárias, tecido empresarial, etc.) acompanham ou não os desafios colocados. Qual será o propósito de uma formação profissional certificada, quando o mercado de trabalho local continua a operar de acordo com lógicas de não valorização da mão de obra? Qual será o propósito de consciencializar sobre direitos de trabalho, quando a sua reivindicação é inibida por recriminações várias? Qual será o propósito de adequar os indivíduos para as actuais exigências do mundo de trabalho (como por exemplo, flexibilidade funcional, de horários, etc.), quando não existem suportes sociais, institucionais e culturais que permitam toda uma necessária reorganização da vida familiar? Assim como a esperança pode desembocar na crueldade, a inclusão em programas de formação pode reproduzir subalternidade e gerar ressentimentos:

«Ressentimento é o sentimento que os actores sociais experienciam quando uma agência externa lhes nega oportunidades ou recursos valiosos que, de outro modo, estariam disponíveis (...). O ressentimento que os indivíduos sentem reside nas relações estruturadas de criação e reprodução de 'níveis sociais' de oportunidade – estruturas geradas pelo privilégio e por (opressivas) instituições de uma sociedade estratificada» (Barbalet, in Turner: 47 – 48).

III

Hoje em dia, assiste-se ao confronto entre três modelos principais de desenvolvimento económico e social (Favreau, 1994): um modelo neo-liberal em que o desenvolvimento comunitário é reduzido ao progresso económico e onde as estruturas de intervenção social são vistas como paliativos às necessárias consequências menos agradáveis do progresso económico; um modelo sócio-institucional de políticas públicas

concebidas predominantemente de uma maneira sectorial; e um modelo sócio-comunitário cuja forma de lidar com os fenómenos da marginalização e exclusão social se baseia na participação das populações, na reconstituição do tecido social local e na re-significação da cidadania².

Será este último modelo que permitirá uma renovação da intervenção social, sobretudo quando alerta para a construção social do indivíduo enquanto trabalhador e cidadão e para a importância das esferas de sociabilidade comunitárias.

Por um lado, a ideia favorita é que o indivíduo, enquanto trabalhador e cidadão, é uma construção social, feita a partir de recursos ontológicos (no sentido de possibilidades de ser e de desenvolvimento), sociais (em termos da organização e hierarquização local das relações sociais) e materiais (nomeadamente ao nível das condições materiais de vida) que estão ou não disponíveis. Neste jogo da ‘política da identidade’, o que está em causa não é só o acesso aos recursos materiais e imateriais (disponibilizados formalmente via políticas públicas), mas também a possibilidade de desempenho e de exercício desses recursos. E tal só é possível no seio de uma arena pública de pertença social.

Mas essa pertença social, por forma a responder às necessidades de capacitação, deve surgir de uma profunda reconfiguração comunitária. É que, por um lado, a dissolução das tradicionais formas colectivas de suporte da vida social (família, classe, etc.) pode gerar

“O (...) isolamento, a excessiva atomização dos indivíduos e a consequente rarefacção de solidariedades primárias no interior dos grupos e entre os diferentes grupos sociais de determinado território, (que) resulta ou tende a resultar no aumento da incidência da exclusão sobre as populações e, por aí, na progressiva perda da sua potencial esfera global de cidadania.” (Ruivo, 2000: 45).

² Nesta perspectiva, e na tradição comunitária norte-americana, o conceito de comunidade ganha uma nova pertinência se for considerado «no sentido de partilha de um mesmo território, de um bairro conhecido quer como espaço físico, quer como modo de organização social de um meio de pertença, onde as redes se constituem. Faz, por isso, referência a uma certa qualidade das relações sociais e a um modo de vida (...) isto é, uma rede de organizações ligadas entre si por um denominador comum, a participação da população no melhoramento das suas condições de vida» (Favreau, 1994 : 97).

Mas, por outro lado, o tipo de solidariedades e o tipo de interdependências entre os diferentes segmentos de uma comunidade (v.g., a interdependência entre o tecido empresarial e o mercado de trabalho local) devem ser redescritos. E essa redescrição deve ser feita no sentido de repensar a pertinência do papel das comunidades como pontos de partida para processos de integração social.

Na verdade, uma das dimensões fulcrais nos processos de integração social consiste no grau de participação das pessoas nas formas normais da vida social dos seus contextos de vida. No que diz respeito à marginalização do mercado de trabalho, tem-se reflectido sobre a forma como o desemprego afecta a estrutura relacional dos indivíduos e, conseqüentemente, a sua identidade e pertença social. Assim, a reflexão sobre a integração social tem-se centrado, sobretudo, na ideia de que o desemprego é acompanhado pelo desenraizamento do indivíduo das suas redes quotidianas de sociabilidade, o que poderá intensificar o seu processo de *desfiação* e de afastamento em relação ao mundo do trabalho.

Entendida, então, neste plano, como plataforma da sociabilidade, a integração social pode ser analisada de acordo com três esferas sociais principais que estruturam a vida quotidiana: ao nível da esfera primária, ou familiar, ao nível de uma esfera de sociabilidade secundária, composta basicamente pela rede de contactos possivelmente mais extensa (vizinhos, parentes, amigos), e ao nível de uma terceira esfera que se refere ao grau de participação dos indivíduos na vida associativa ou organizacional das suas comunidades. Por razões de economia de texto, serão focadas apenas as duas primeiras esferas de sociabilidade, já que a terceira será materializada ao nível da análise sobre a sociedade civil como agente de integração social³.

É sabido que a relativa importância de cada uma destas esferas é culturalmente relativa, isto é, a sua preponderância depende do modelo societal em causa. Tal significa que, consoante os contextos, cada esfera não só exerce diferentes pressões e possui diferentes conseqüências para a experiência subjectiva e pessoal da marginalização e da exclusão social, como também condiciona as possibilidades de construção de trilhos de inclusão e de integração social.

No que diz respeito à primeira esfera, a qual perfaz essencialmente o universo familiar, o contexto português apresenta uma matriz que, em termos estruturais, é

³ Esta dimensão é aquela que, em termos gerais, possui um menor peso nos países da Europa do Sul.

partilhada pelos países da Europa do Sul. Nessa matriz, personificada no tipo ideal da família-providência (Martin, 1995). Desempenhando este género de tradição familiar um papel central na sociabilidade dos indivíduos, a esfera primária funciona como uma rede que salvaguarda o bem estar dos indivíduos. Esta função assume uma importância extrema sobretudo em contextos onde a intervenção do Estado é ineficaz na inversão dos processos de acumulação estrutural de desigualdades conducentes à marginalização e à *desfiliação* social, ao não proporcionar uma integração no mercado de trabalho de qualidade, isto é, capacitante.

De modo semelhante, a importância da esfera secundária de sociabilidade para a experiência subjectiva da exclusão social tende a ser mais elevada nos países da Europa do Sul. Esta importância reside no que Santos (1995) denomina de Sociedade-providência.

Referindo-se a formas tradicionais de solidariedade enraizadas no parentesco e na vizinhança, o conceito de Sociedade-Providência designa as redes de interconhecimento primário, baseadas no parentesco, na vizinhança ou na amizade, que se engajam em relações de troca e de inter-ajuda de acordo com uma lógica de reciprocidade social, afastada nos princípios do mercado.

Contudo, ao basear-se numa lógica particularista e selectiva de solidariedades, possibilitada pela definição de códigos de reciprocidade relativamente rígidos, o universo da Sociedade-providência parece também não responder às necessidades de capacitação e de autonomização dos indivíduos:

«O segundo problema tem a ver com a tensão, que atravessa a sociedade-providência, entre um potencial humanizador e emancipador, por um lado, e um potencial de geração de desigualdades e exclusões, por outro. (...) Segundo Santos (1993: 43-49), a sociedade-providência incorpora uma incapacidade em distinguir entre desigualdades legítimas e ilegítimas, uma hostilidade à cidadania e aos direitos a ela associados, uma dinâmica de criação e reprodução de formas de controlo social e de dependência, uma tendencial rigidez espacial – associada, sobretudo, à sua dependência da pequena agricultura familiar – e, finalmente, formas de organização da vida familiar que fazem recair desproporcionalmente sobre as mulheres os esforços e os custos do trabalho de criar e reproduzir essas relações» (Nunes, João Arriscado, 1995: 7; 11).

A relevância destas redes de sociabilidade, no que toca à integração social e à capacitação dos indivíduos, depende da sua dotação de capital relacional significativa – capital relacional este que pode actuar pontualmente como factor correctivo de desigualdades. Por tudo isto se conclui que o que é de relevo na experiência subjectiva do desemprego enquanto possível horizonte de *desfiliação* e nas possibilidades de inserção e de inclusão sociais, não é tanto a presença do indivíduo em redes relacionais, mas sim a qualidade destas. Isto significa que há que saber se as redes relacionais dos indivíduos em processo de *desfiliação* se encontram vocacionadas para a capacitação destes ou não.

Desta forma, os limites das tradicionais formas de solidariedade e a permanência de bloqueios sócio-culturais e económicos podem constituir sérios obstáculos que as frequentes inadequações de uma intervenção social concebida sectorialmente e de uma forma distanciada das realidades locais, não conseguem ultrapassar.

Nesta perspectiva, a inclusão dos contextos de vida e a consideração das necessidades mais amplas de desenvolvimento em termos comunitários nos programas de intervenção social, devem afirmar-se como etapas essenciais da construção de qualquer estratégia de integração social.

A emancipação e a capacitação social não são processos unidimensionais: se a empregabilidade deve ser reforçada, ela só o poderá ser se houver uma conjugação e uma coerência de esforços entre os diversos segmentos da comunidade, o que significa uma intervenção integrada, holista e globalmente concebida em vários níveis do quotidiano. E é a criação desta coerência no quotidiano que sugere a indispensabilidade do envolvimento da comunidade.

No modelo de desenvolvimento sócio-comunitário que aqui se preconiza, não se trata somente do reconhecimento da importância da dimensão local e comunitária para os projectos de integração social, na medida em que

“...a própria acção e localização de políticas públicas necessitará de ser escorada ou sustentada em termos de cada um dos locais onde se exerce através de um sistema de canais e comportas constituídas por indivíduos, grupos e instituições, os quais terão por

função a recepção, modelação, adaptação e execução local de tais políticas...” (Ruivo, 2000: 23).

É também indispensável que se fomente o envolvimento participativo da população, mediante a partilha entre os diversos actores das responsabilidades pelo desenvolvimento comum. Ou seja, os projectos de integração social devem ser sustentados numa profunda reconfiguração participativa na comunidade em si mesma. O que se preconiza é uma comunidade actuante que se redescreve a si mesma, num processo auto-reflexivo, a cada passo, a cada desafio colocado.

A formação profissional constitui, por seu turno, um contexto exemplar e ilustrativo das potencialidades e dos limites da intervenção social. O desafio que esta coloca – a reconfiguração da subjectividade no sentido de ampliar a sua empregabilidade – somente será prosseguido num ambiente colaborativo em que as dimensões que compõem o quotidiano da comunidade possam adequar-se a esse desafio primeiro.

A interligação equilibrada, então, do desenvolvimento sócio-individual e do desenvolvimento comunitário não assenta, ao invés do que uma primeira leitura poderá dar a entender, em pressupostos funcionalistas que retratam mecanicamente uma sociedade desencarnada. Ao contrário: trata-se do reforço do dinamismo societal a partir das próprias fontes de produção de sentido e de estruturação do mundo da comunidade; do reforço de um dinamismo social empenhado e comprometido na reconstrução do tecido e do laço social.

É, no fundo, uma visão que, reconhecendo o carácter inexorável do conflito, das relações de poder e de legitimidade que constituem espaços-tempos múltiplos no seio da sociedade, procura novos modelos de interacção social e sistémica, baseados em trocas comunicacionais entre indivíduos e entre esferas do social.

A importância de uma reinvenção dos modelos de interacção social e sistémica reside precisamente no seu potencial de produção/comunicação destas novas coerências sociais. Se a análise sociológica das redes (Rhodes, 1997) dissecou os mecanismos possíveis da convergência dos actores em prol dessas coerências, torna-se agora imperioso, num momento em que a sistematização técnica da intervenção social alcançou tais níveis de sofisticação, dar carne a esses mesmos esquemas. Ou seja, se se

mapeou os caminhos da regulação pelas redes sociais, segundo inconsistências relacionais que tanto fragilizam o sucesso da concertação e, de acordo com hiperestabilidades reticulares (Ruivo, 2000a), que tanto sedimentam relações de confiança e de harmonia, como não se abrem à participação comunal, é hora de pensar como produzimos a sociedade em que vivemos.

E longe dos apelos pastorais ao renascimento das utopias comunitaristas, reencontramos um conceito de comunidade que se poderá operacionalizar como projecto, como gramática processual da intervenção social e como semântica de novas possibilidades de vida.

BIBLIOGRAFIA

BARBALET, J.M., “Citizenship, Class Inequality and Resentment”, in *Citizenship and Social Theory* (coord.) Bryan Turner, Sage Publications: 36 – 56

BECK, Ulrich, 1992, “The Beck, Ulrich, 1992, “The Risk Society – Towards a New Modernity”, Sage Publications

BERGER, Peter ; LUCKMANN, Thomas, (1966) 1999, *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro

FAVREAU, Louis, 1994, «L'économie solidaire à l'américaine : le développement économique communautaire» in Jean-Louis Laville (ed.) *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris : Desclée de Brouwer : 95 - 140

HINDESS, Barry, 1993, “Citizenship in Modern West” In *Citizenship and Social Theory* (coord.) Bryan Turner, Sage Publications: 19 – 39

LAVILLE, Jean-Louis, 1994, «Économie et solidarité : esquisse d'une problématique» in Jean-Louis Laville (ed.) *L'économie solidaire. Une perspective internationale*. Paris : Desclée de Brouwer : 13 – 94.

LUHMANN, Niklas, 1993, *The risk society*. London: Sage

MOLLER, Iver, 2000, *Understanding Integration and Differentiation – Inclusion, Marginalisation and Exclusion*

NUNES, João Arriscado, 1995, «Com mal ou com bem, aos teus te além: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42: 5 – 26.

RHODES, R. A. W., 1997, *Understanding Governance. Policy networks, governance, reflexivity and accountability*. Buckingham-Philadelphia: Open University Press.

RUIVO, Fernando, 2000, *Poder Local e exclusão social*. Coimbra: Quarteto

RUIVO, Fernando, 2000a, *Estado Labirintíco*. Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1995, «Sociedade-providência ou autoritarismo social?» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 42: I - VIII

TURNER, Bryan, 1993, “Contemporary Problems in the Theory of Citizenship” in *Citizenship and Social Theory* (coord.) Bryan Turner, Sage Publications: 1 – 18

Observatório dos Poderes Locais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais
Av. Dias da Silva 165, 3004-512 Coimbra
Portugal
+ 351 239 790587 / 239 790500 ext. 403
www.opl.com.pt

Cadernos do Observatório dos Poderes Locais

Coordenador: Fernando Ruivo
Conselho de Redacção: Alexandra Pereira, Catarina Gomes, Daniel Francisco,
Fernando Ruivo
Disponível *on line* ou mediante solicitação